

**Aviso n.º 2954/2017**

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto no artigo 223.º, da Secção II das Sanções Disciplinares, aprovado pela Lei n.º 35/2014 (LTFP), de 20 de junho, notifica-se que Maria Alice Martins Freire Santos Ramos, assistente técnica do Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga, de que na sequência do Processo Disciplinar n.º 09/2016, o Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., deliberou aplicar-lhe a pena disciplinar de demissão, a qual começa a produzir os seus efeitos legais 15 dias úteis após a data da publicação do presente aviso.

A pena foi-lhe aplicada por ter violado os deveres gerais de prossecução do interesse público, de zelo e de assiduidade, nos termos do disposto nas alíneas *a*), *e*) e *i*) do artigo 73.º da referida LTFP.

24 de fevereiro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

310299761

**Despacho (extrato) n.º 2408/2017**

Por Despacho de 24 de janeiro de 2017, da Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, por subdelegação de competências, foi autorizada, por período de um ano, a acumulação de funções públicas, em horário pós-laboral, na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Leiria, à enfermeira Marina Sofia Silva Cordeiro, nos termos e ao abrigo dos artigos 21 e 23 da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, sem prejuízo do cumprimento da carga horária semanal a que está vinculada.

24 de janeiro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, IP, *Dr. José Manuel Azenha Tereso*.

310252659

**ECONOMIA****Autoridade de Segurança Alimentar e Económica****Despacho n.º 2409/2017**

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, após conclusão de procedimento concursal, designo em comissão de serviço e pelo período de três anos, a Mestre Maria da Graça Cardoso Pires Campos, no cargo de Chefe de Divisão do Laboratório de Físico-Química, do Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios da ASAE, considerando que a mesma é possuidora dos requisitos legais exigidos para o provimento do referido cargo e detém o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, nomeadamente conhecimentos e experiência profissional relevantes, evidenciados na nota curricular anexa ao presente despacho do qual faz parte integrante, bem como elevada motivação, disponibilidade e espírito de liderança.

A designação produz efeitos a 26 de janeiro de 2017.

3 de março de 2017. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.

## ANEXO

**Nota curricular**

Maria da Graça Cardoso Pires Campos, natural de Lisboa (1968).

Mestre em Biotecnologia — Engenharia Bioquímica, pelo Instituto Superior Técnico, 1997.

Licenciada em Engenharia Química, ramo de Biotecnologia, pelo Instituto Superior Técnico, 1992

Chefe de Divisão do Laboratório de Físico Química (LFQ) do Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios (DRAL), da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), desde 18 de novembro de 2009 (em substituição e após procedimento concursal);

Desenvolveu atividade profissional de setembro de 1992 a novembro de 2009 no ex Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), especificamente no Departamento de Tecnologia das Indústrias Alimentares (DTIA) e no Laboratório para as Indústrias Alimentares — Química (LIA-Q):

Das funções desempenhadas salienta-se:

Gestão das atividades e dos recursos do LFQ;  
Desempenho de várias funções no Sistema da Qualidade dos Laboratórios da ASAE (ex. responsável técnica e gestora da qualidade);  
Participação no desenvolvimento do sistema informático para a gestão de dados do LIA-Q;  
Responsável da área de alimentação animal do LIA-Q (2006-2009);  
Implementação e validação de métodos de HPLC, para aditivos (alimentação humana e animal);  
Orientação e formação de estagiários e técnicos de laboratório;  
Participação em comissões técnicas;  
Elaboração e publicação de documentos técnicos;  
Planeamento e realização de ações de formação.

Pertenceu à bolsa de avaliadores do Instituto Português da Acreditação (IPAC) de 2005 a 2009- no âmbito da Acreditação de Laboratórios de acordo com a norma 17025.

Tem divulgações várias na área de análise e controlo de géneros alimentícios, e participações em projetos de investigação.

310311472

**Despacho n.º 2410/2017**

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, após conclusão de procedimento concursal, designo em comissão de serviço e pelo período de três anos, a Licenciada Teresa Sofia Carvalho da Costa Jesus, no cargo de Inspetora Chefe da Unidade Operacional VII-Lisboa, da Unidade Regional do Sul da ASAE, considerando que a mesma é possuidora dos requisitos legais exigidos para o provimento do referido cargo e detém o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, nomeadamente conhecimentos e experiência profissional relevantes, evidenciados na nota curricular anexa ao presente despacho do qual faz parte integrante, bem como elevada motivação, disponibilidade e espírito de liderança.

A designação produz efeitos a 24 de janeiro de 2017.

3 de março de 2017. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.

## ANEXO

**Nota curricular**

Nome: Teresa Sofia Carvalho da Costa Jesus;

Nacionalidade: Portuguesa;

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (1995-2001);

(I Curso) Pós-Graduação em Procedimento Contraordenacional pelo ISCPSP — Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna (2005);

Curso Intensivo Contra Terrorismo pelo ISCPSP — Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna (2007);

Formação complementar:

Curso de Formação de Formadores (CAP), pelo Citeforma (2008);

Curso de Investigação Criminal pela ASAE (2008);

Formação em Planeamento Operacional pela PJ (2008);

2.º Congresso de Investigação Criminal pela ASFIC PJ (2009);

Formação em Branqueamento de Capitais pela PJ/Unidade de Informação Financeira (2011 e 2014);

Curso FORGEP — Programa de Formação de Gestão Pública Formação, ministrado pelo INA (2014);

Participação em múltiplas ações formativas inerente às funções exercidas como Contrafação, Pirataria, Internet e Cibercrime, Usurpação de Direitos de Autor e Direitos Conexos, Concorrência Desleal, Artefactos de Metais Preciosos, Vendas com Prejuízo, Especulação, Gestão de Conflitos e de Stress, Seguidores e Vigilâncias, Condução Defensiva e Defesa Pessoal.